

Mapeamento das Áreas Segregadas no Espaço Urbano da Cidade de Campos dos Goytacazes/Rj: O Dilema Entre o Acesso à Moradia X o Direito à Cidade

K.D. Fernandes¹, A.C.J. Barreto^{1*}, M.S. Izaias¹, J.C.M. Gomes¹

¹Universidade Federal Fluminense/ESR

*katyfernandes@id.uff.br

Resumo

A pesquisa tem o objetivo de mapear os conjuntos do Programa Habitacional Morar Feliz, localizado na cidade de Campos dos Goytacazes/RJ, a partir dos anos 2010, considerando o recorte étnico-racial, o acesso aos serviços públicos, equipamentos sociais, o transporte público e o distanciamento da área central, para avaliar se o acesso a moradia garantiu o direito à cidade como previsto nos princípios do Plano Diretor de Campos dos Goytacazes, Lei nº 7.972 de 10 de dezembro de 2007. Foram selecionados 7 (sete) conjuntos habitacionais, aleatoriamente e realizadas pesquisas de campo nestes para conhecer as configurações territoriais e referenciar o distanciamento entre os bairros e os serviços públicos, assim como discussão e levantamento teórico a respeito das temáticas: direito à cidade e racismo territorial.

Palavras-chave: Segregação racial; Moradia; Direito à cidade.

1. Introdução

O município de Campos dos Goytacazes, com uma população estimada pelo IBGE para 2020 em 511.168 habitantes, está situado na região do Norte Fluminense marcada por uma economia baseada na produção açucareira, pecuária e café desde o período colonial, sendo esta uma das últimas cidades a abolir a escravidão inferindo-se assim nas relações que aqui se desenvolveriam, indubitavelmente marcadas e perpassadas pelo racismo estrutural.

Todas as transformações na dinâmica capitalista influenciam o espaço urbano, que acaba sofrendo novos remodelamentos, de tal forma que, as cidades expressam as contradições, as diferenças como segregação, espoliação e expulsão. Desta forma, “o espaço urbano capitalista, que segue a dinâmica do capital é marcado por disparidades, expressa por um sistema que é por si só contraditório, que valoriza determinadas áreas em detrimento a outras”. (VIANA, p. 15)^[1]. Dessa forma, buscou-se dialogar o estudo da trajetória e enfrentamentos do povo negro com a temática habitacional, compreendendo como o racismo também está inerente à terra e a forma como ela é distribuída e/ou segregada. Compreende-se que:

“O ser humano tem seu valor ligado ao lugar em que está. E se esse lugar é estigmatizado, as pessoas estão submetidas a constantes violências, discriminação e estigma, além de serem desprovidas de infra-estruturas básicas e não lhes serem oferecidas condições para o exercício da cidadania”. (SILVA, 2006, p. 56)^[2]

Nesse viés, compreendendo as contradições e desigualdades sociais e raciais inerentes ao modo de produção capitalista, o presente projeto pretende estudar as áreas segregadas que foram induzidas pelo Programa Habitacional Morar Feliz (PHMF), localizadas na cidade de Campos

7, 8, 9 E 10 DE NOVEMBRO DE 2023

X CONEPE

SOCIEDADE TECNOLÓGICA:
conexões para além da conectividade

ISSN 2525-975X

dos Goytacazes/RJ, a partir dos anos 2010, com o objetivo de realizar um mapeamento que leve em consideração o recorte étnico-racial, o acesso aos serviços públicos, equipamentos sociais, ao transporte público e o distanciamento da área central, para avaliar se o acesso a moradia garantiu o direito à cidade como previsto nos princípios do Plano Diretor de Campos de Goytacazes, Lei no. 7.972 de 10 de dezembro de 2007 e a Lei Complementar No 0015/2020.

2. Materiais e Métodos

2.1. Materiais

A pesquisa ainda encontra-se em andamento, e até o presente momento o seu desenvolvimento se deu através do uso das referências bibliográficas que versam sobre a segregação do espaço urbano de Campos dos Goytacazes; instrumentos legais como o Plano Diretor; visitas de campo realizadas em 2022 e 2023, além disso, utilizou-se o Google Maps como instrumento de medição do deslocamento entre os referidos bairros estudados em relação à equipamentos públicos localizados na zona central sendo estes concretizados em mapas a demonstrar a discrepância da distância ao acesso aos bens e serviços públicos.

2.2. Metodologia

A pesquisa tem como referencial teórico o materialismo histórico-dialético, pois compreende a realidade como resultado das interações humanas, da história feita por homens e mulheres e da economia que é a base material e que fundamenta as relações sociais. No primeiro momento foram selecionados 7 (sete) conjuntos habitacionais do Programa Morar Feliz aleatoriamente para serem estudados (Eldorado, Esplanada, Novo Jockey, Parque Aldeia, Parque Prazeres, Penha e Tapera), realizando visitas de campo nos respectivos conjuntos. As visitas a campo tem o objetivo de conhecer *in loco* a realidade das famílias, o território, os serviços públicos que são acessíveis, o distanciamento até os mesmos e ao centro da cidade, a mobilidade urbana, segurança sobre as ausências do poder público. No segundo momento da pesquisa, recorreremos as referências teóricas dentro da temática de segregação e ao Plano Diretor de 2007 de Campos dos Goytacazes, disponibilizado no portal da prefeitura do Município para analisar as informações colhidas e analisadas através das visitas de campo com os objetivos e princípios apresentados no Plano Diretor, a qual identificamos várias contradições.

3. Resultados e Discussão

Foram selecionados 7 (sete) conjuntos habitacionais do PHMF como amostras para serem estudados: Parque Prazeres, Parque Esplanada, Tapera, Novo Eldorado, Jockey, Penha e Parque Aldeia e um cronograma de visitação foi elaborado. Foram realizadas visitas de campo a todos os sete bairros em 2022 e 2023, em que constatou-se que alguns conjuntos habitacionais para conseguirem acesso aos serviços públicos por vezes precisam percorrer uma distância longa em

7, 8, 9 E 10 DE NOVEMBRO DE 2023

X CONEPE

SOCIEDADE TECNOLÓGICA:
conexões para além da conectividade

ISSN 2525-975X

relação a outros bairros e ainda que tenha a presença de equipamentos públicos em seus territórios, o acesso aos mesmos não é uma garantia. Deve-se levar em consideração que a população residente é de baixa renda, a cidade tem problemas com mobilidade pública, cuja situação dos ônibus são precárias e muito dos passageiros reclamam da pouca oferta de ônibus para suas respectivas linhas e por essa razão, além do fato econômico, os moradores muita das vezes optam por deslocar-se pela cidade ou pelo bairro de bicicleta ou a pé.

Destaca-se que com a chegada dos moradores do PHMF muitos dos equipamentos públicos já existentes não tiveram sua capacidade ampliada para suprir a nova demanda, dessa forma verifica-se pouquíssimos casos de equipamentos públicos que foram construídos posteriormente à chegada dos moradores. Paralelo a isso, percebeu-se um estigma em torno das famílias beneficiárias do PHMF, estas que, por sua vez, são vistas como “invasoras”, como aquelas que chegaram depois e sendo assim suas demandas são absorvidas na medida do possível ou nunca são, pois prioriza-se o morador antigo do bairro.

Peres (2017)^[3], ao analisar dois Conjuntos Habitacionais Tapera II e Ururaí II do PHMF, constatou que não houve, apesar do acesso à moradia, o avanço no direito à cidade, pois esses conjuntos estão localizados à beira da BR 101. Esta localização das moradias produz nos moradores um sentimento de isolamento e exclusão do cotidiano da cidade. O que também revela uma contradição do discurso do poder público que usou a justificativa de área de risco para removê-los do local de origem, pois a maioria dos habitantes desses conjuntos são remanescentes da favela Margem da Linha, que ficava próxima a estrada da BR 101. Os moradores continuam no risco, tendo que atravessar a BR para ter acesso aos serviços essenciais e inclusive as crianças ficam à margem da estrada para ter acesso ao transporte escolar e à própria escola, que não possui uma passarela para atravessar, apenas conta com uma faixa de pedestre.

Ademais, verifica-se a presença de muitos jovens e adolescentes numa condição de ausência de perspectiva, tendo como única forma de lazer brincadeiras com pipas na rua, uma vez que os espaços de lazer estão sem manutenção, os brinquedos enferrujados e quebrados e as praças tomadas pelo mato. Dessa forma, destaca-se também a vulnerabilidade desses adolescentes e jovens, compreendendo estes como sujeitos em condição peculiar de desenvolvimento, em ambientes sob forte presença do tráfico de drogas associado a ausência de espaços de lazer e cultura, expondo-os dessa forma à criminalidade e possível aliciamento ao tráfico de drogas. Além disso, observou-se a presença de muito lixo nas ruas e de aves de rapina, como o urubu, se alimentando de lixo e animais mortos, pondo em risco a saúde e integridade física dos moradores.

É importante destacar também as condições irregulares das casas entregues, medindo apenas 43,08m, feitas com materiais de baixa qualidade, e que desde o início de sua entrega já apresentavam problemas em relação à infiltração no telhado. Nesse viés, cabe aqui o questionamento da incoerência da precariedade das casas construídas em relação ao orçamento liberado para obra, haja vista que o valor unitário de cada unidade habitacional foi de 300 mil, segundo auditoria dos contratos entre prefeitura e a empresa Odebrecht. Ou seja, com esse valor

7, 8, 9 E 10 DE NOVEMBRO DE 2023

X CONEPE

SOCIEDADE TECNOLÓGICA:
conexões para além da conectividade

ISSN 2525-975X

poderiam ter sido construídas moradias com material de boa qualidade e com espaços muito maiores.

4. Conclusões

A partir do que foi exposto e analisado até aqui, compreende-se que os conjuntos habitacionais do programa Morar Feliz se apresentam como um lugar de descaso e negligência por parte do poder público em relação aos moradores, uma vez que ainda que o acesso à moradia seja extremamente necessário para o acesso a cidadania, não é o suficiente para contemplá-la sobretudo com a entrega de moradias de baixa qualidade.

A construção de casas precárias, a falta de ampliação e implementação de equipamentos públicos nos conjuntos para dar conta da nova demanda de moradores e o abandono e sucateamento dos equipamentos e áreas de lazer já existentes só revelam a superficialidade da preocupação pública para com esses moradores. Estes que foram retirados de suas casas de forma abrupta sob a justificativa de risco ambiental mas que continuam a enfrentar novos riscos a sua integridade física em seus novos lares, como estarem expostos e vulneráveis à criminalidade, a presença de lixo e aves de rapina e ainda sofrem com estigma de serem enxergados como “invasores” pelos moradores antigos.

Agradecimentos

Agradecemos o apoio do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação Científica (Pibic/UFF/CNPq), processo IC220314; e da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Faperj), processo SEI-260003/006060/2023.

Referências

- [1] VIANA, Aline da Silva. (2018) **Periferia segregada**: um estudo sobre os processos socioespaciais no Jockey Club. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, ambiente e políticas públicas. Universidade Federal Fluminense. Disponível em:< Aline da Silva Viana.pdf (uff.br)>. Acesso em 08 de abr de 2021.
- [2] SILVA, Maria Nilza. **Nem para todos é a cidade**: segregação urbana e racial em São Paulo/Maria Nilza da Silva. - 1 .ed. - Brasília, DF: Fundação dos Palmares, 2006.
- [3] PERES, José Felipe da Silva. **Produção e fragmentação do espaço urbano e o direito à cidade**: uma análise do programa morar feliz entre os moradores dos conjuntos Tapera II e Ururai II. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal Fluminense.